

A **gestão participativa** na questão da **revitalização do turismo** na ilha: O caso de Vera Cruz, Bahia

CLÁUDIA SOARES * [claudiamps@hotmail.com]

ERICKA AMORIM ** [erickaam@msn.com]

JORGE UMBELINO *** [jorge.umbelino@clix.pt]

Resumo | O envolvimento da comunidade no processo de revitalização do turismo na Ilha tem como vetor principal a proposta de reunificação municipal. Assim, Vera Cruz e Itaparica se tornariam um único município e, portanto, um único “produto turístico” beneficiando-se da imagem da Ilha como um único destino. Embora esta não seja a única alternativa possível de ampliar a atividade turística na Ilha, este tem sido um dos principais movimentos, senão o único, na tentativa de resgate da atratividade ilhéu.

Palavras-chave | Turismo e participação comunitária, Turismo sustentável, Planeamento turístico, Ilha de Itaparica.

Abstract | The community involvement in the tourism revitalization process at the island has its main focus in the municipal reunification proposition. This way Vera Cruz and Itaparica would become one single city, therefore one single “touristic product” for the benefit of the island image as one single destiny. Even not being the only possible way to increase the tourist activity at the island, this is one of the main goals, if not the only one, in an attempt to rescue the island attractiveness.

Keywords | Tourism, Community involvement, Sustainable tourism, Tourism planning, Itaparica Island.

* **Mestre em Análise Regional** pela Universidade Salvador – Unifacs e **Docente** na Universidade Federal Fluminense – UFF.

** **Doutoranda em Geografia** pela Universidade Nova de Lisboa, **Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo** pela Universidade de Aveiro, **Docente** no ISLA, **Investigadora** e-Geo (UNL) e Bolseira FCT.

*** **Doutorado em Geografia** pela Universidade Nova de Lisboa e **Docente** na Universidade Nova de Lisboa (UNL).

1. Introdução

A questão da participação popular na gestão, principalmente, do turismo tem sido uma interessante alternativa nos processos de planejamento, face à necessidade de sobrevivência das atuações públicas aliado ao novo posicionamento do estado nas atividades produtivas numa concepção cada vez mais clara de que sua inserção tem de estar aliada a quem, de fato, está presente e ganhando diretamente com a atividade. Por isso, no turismo a questão tem sido amplamente discutida e incentivada.

No Brasil as iniciativas estão ainda incipientes, porém na bibliografia internacional pode-se encontrar uma série de casos que identificam o sucesso do planejamento turístico a partir, e muitas vezes até orientado para a comunidade o que amplifica a possibilidade da gestão cada dia mais responsável dos recursos utilizados para o turismo e outras atividades.

Na Bahia a estratégia atual do governo do Estado tem características fortes de interventor e o foi durante muitos anos, está sendo direcionada a gestão participativa através da criação de conselhos de turismo formado por diversas entidades como ONGs (Organizações não-Governamentais), sindicatos, associações e universidades que promoverão a articulação inter-institucional entre os setores público e privado com objetivo de aprovar os projetos que pleiteiam financiamentos da versão nº 2 do PRODETUR.

Embora não se destaque nas bibliografias institucionais, o município de Vera Cruz, que faz parte da Ilha de Itaparica – destino declaradamente esquecido pelas ações de natureza produtiva e promotora, tem buscado na participação popular e na gestão do turismo, ou do que resta dele, a possibilidade de revitalização da atividade e com uma missão maior beneficiar a população local dotando-a de uma melhor qualidade de vida, sobretudo àqueles que dependem diretamente do turismo.

Embora não seja o enfoque principal das estratégias turísticas no estado da Bahia, a questão

do envolvimento comunitário tem demonstrado força para lutar por aqueles aspectos que apenas o residente e os envolvidos no sistema turístico local é capaz de perceber.

A presente explanação tem por objetivo ilustrar a importância da participação popular na gestão de um território turístico e as escolhas que devem ser feitas com base nas opiniões da comunidade local e regional, através da análise do caso de Vera Cruz.

Enquanto Itaparica¹ (município com menor porção do território, apenas 13%) vive uma fase clara de reestruturação com incentivos externos, incluindo os governamentais, o que promoveu um efetivo relançamento da área contando inclusive com novos atrativos. O município de Vera Cruz (o maior da Ilha com 87% do seu território) ainda encontra-se numa fase de declínio, quando o local já não é mais atrativo aos visitantes nem ao investidor, por ter sido altamente explorado, e as ações específicas ao turismo não ocupam as pautas dos governantes, o que levou a comunidade, em forma de associação, discutir e buscar nestas organizações a revitalização do destino com consciência cada vez mais clara da necessidade de sua participação na luta pelos ideais, não apenas ligados ao turismo, mas de forma abrangente a toda necessidade da comunidade local.

A metodologia utilizada na pesquisa envolveu duas fases: uma de pesquisa participante, quando se buscou acompanhar de perto as ações das iniciativas populares residindo, inclusive, na Ilha de Itaparica e tendo como técnicas as entrevistas estruturadas e semiestruturadas; e uma segunda fase, de pesquisa bibliográfica em fontes de dados secundários com o intuito de identificar as causas dos efeitos provocados pelo turismo e vividos pelo território atualmente.

Então, o presente artigo tem como foco a participação da comunidade na atividade de

¹ Não confundir município de Itaparica com a Ilha de Itaparica, território maior que abarca dois municípios, o primeiro já citado e Vera Cruz.

revitalização turística do município de Vera Cruz, Bahia, discutindo uma das principais premissas, segundo a própria comunidade, de reunificação municipal como forma de ampliar as possibilidades das áreas, maximizando os ganhos e dividindo as diferenças.

Embora muitas agências e organizações devam ser envolvidas no planejamento turístico, em atividades relativas ao desenvolvimento de uma região, e a coordenação destas atividades é essencial para a criação de produtos turísticos aceitáveis, que beneficiem tanto os habitantes locais quanto os visitantes (Akerhurst, 2001), nem sempre assim ocorre comprometendo, desse modo, a estrutura de distribuição dos produtos lançados ao mercado além de pôr em risco a integridade das populações envolvidas.

2. Participação da comunidade na gestão do turismo

A nova abordagem da gestão e do planejamento configura o papel do Estado de forma mais flexível, onde as suas funções são mais descentralizadas e envolvem todos os interessados. A participação das comunidades, segundo Baptista (2003) pode: atrair investimentos de capitais locais, reduzir os conflitos entre os interesses dos visitantes e os interesses locais e contribuir para a autenticidade da comunidade.

Outro benefício evidente é o fortalecimento do capital social uma vez que num processo participativo são reduzidas as divergências, já que se trata de um processo em que são discutidas ideias e, portanto, de natureza conciliadora.

Entretanto, Firmino (2007: 364) afirma que uma das limitações do modelo atual de gestão estratégica é a "política do turismo de excluir a população residente no processo de planejamento, partindo do pressuposto de que a população local tem um papel pouco activo durante a estadia dos turistas".

Salvati (2004: 17-18) explica que

"as comunidades locais têm o direito de manter e controlar a sua herança cultural e assegurar que o turismo não tenha efeito negativo sobre ela. O turismo deve, então, respeitar os direitos e desejos dos povos locais e prover a oportunidade para que amplos setores da comunidade contribuam nas decisões e nas consultas sobre o planejamento e a administração do turismo. Deve-se levar em consideração as tradições locais nas construções, ou seja, é preciso que o desenvolvimento arquitetônico seja harmônico com o ambiente e a paisagem. O conhecimento e a experiência das comunidades locais em manejo sustentável dos recursos podem trazer uma grande contribuição para o turismo responsável. O turismo deve respeitar e valorizar o conhecimento e as experiências locais, buscando maximizar os benefícios para as comunidades e promover o recrutamento, treinamento e emprego de pessoas do lugar."

Muitos autores, inclusive, incluem a participação da comunidade no processo de planejamento e gestão do turismo como um indicador de sustentabilidade social e a evidência de um processo não somente democrático, mas de inclusão social (Nel e Binns, 2002: 185). Apesar de fundamental em termos de desenvolvimento, o planejamento participativo encontra barreiras de dificuldades de implementação. Além de aumentar os custos do processo de planejamento, a participação popular pode tornar o processo mais lento devido a divergência de interesses. Por vezes, o choque de interesses pode provocar a pouca participação, bem como a sensação de que a participação não resultará, realmente, em uma gestão e planejamento segundo os interesses da comunidade.

Sheehan e Lorn (2005: 717-718), ao investigarem o envolvimento dos diversos atores (incluindo, principalmente, a própria comunidade) no processo de gestão e planejamento dos destinos, enumeram algumas condições para facilitar a colaboração, neste caso, dos residentes: os residentes devem acreditar na interdependência dos envolvidos; os residentes

devem beneficiar-se da colaboração; as decisões devem ser implementadas; deve ser assegurado o envolvimento dos grupos-chave (Governo, Associações de Turismo, Organização de Residentes, Agências Sociais e Grupos de Especial Interesse); o mediador deve possuir experiência, recursos e autoridade; o processo deve ser efectivamente para colaboração.

Também é importante estar atento ao fato de que, apesar das cidades de maior dimensão estarem, de uma forma geral, mais organizadas política e administrativamente, é nas cidades de pequena e média dimensão que a comunidade reúne melhores condições de participar, devido a proximidade entre os governantes e os cidadãos. Assim, as cidades de pequena e média dimensão têm a oportunidade de desenvolver processos de gestão e planeamento mais interactivos e atentos (Sanfeliu e Torné, 2004: 573).

É importante esclarecer, portanto, quem são os atores turísticos, segundo Vieira (2007: 37) e tal como é apresentado no Quadro 1.

Conclui-se, portanto, que a participação da comunidade é um fator muito importante para o desenvolvimento do turismo nas localidades. Se por um lado, cria condições favoráveis para a experiência turística, impactando na qualidade e competitividade dos destinos, por outro, garante à comunidade local o direito de decidir e participar dos rumos da sua localidade.

É interessante também destacar que, quanto mais forte for o capital social, mais simples, eficaz e menos dispendioso (tempo e dinheiro) será o processo que envolve a participação comunitária.

3. Caracterização do município de Vera Cruz

O município de Vera Cruz foi criado pela lei estadual de 30 de julho de 1962, publicada no DOU do dia 31/7/1962, autorizado pela Câmara dos Vereadores de Itaparica (Osório, 1946). Localizada na Ilha de Itaparica o mais novo município do território ilhéu tem seu fluxo turístico caracterizado principalmente pelo sedentário-residencial, denominado também de veraneio. Entretanto a implantação do *resort Club Méditerranée*, divulgando internacionalmente a Ilha, atrai principalmente o turista internacional além do fluxo que denominamos de “turismo espontâneo”², são aqueles curiosos que chegando a capital e, avisando a baía e a Ilha, arriscam conhecer o território e não utilizam os contatos com operadores e intermediadores do turismo.

² Expressão dos autores para denominar viagens não organizadas por agência e operadoras turísticas.

Quadro 1 | Atores turísticos

Nível de Intervenção	Atores do Poder Público	Atores Privados
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> – Governo central – Organismos do Governo Central – Grandes empresas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> – Grandes empresas de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário – Grandes grupos hoteleiros, agentes de viagens e operadores turísticos – Organizadores de grandes eventos – Associações empresariais e profissionais de âmbito nacional
Regional	<ul style="list-style-type: none"> – Governos Regionais – Entidades Regionais de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> – Empresas de transporte rodoviário regional e de transporte fluvial – Organizadores de eventos desportivos, religiosos, etc. – Associações empresariais regionais
Local	<ul style="list-style-type: none"> – População local – Câmaras Municipais – Empresas Municipais 	<ul style="list-style-type: none"> – População local – Hoteleiros autónomos – Restauração – Agentes de viagens independentes – Empresas de animação turística – Organizadores de eventos locais (festas, feiras, romarias)

Fonte: Vieira (2007: 37).

Vera Cruz faz parte da Ilha de Itaparica, esta contém outro homônimo ao nome da Ilha, que abarca a menor parte de seu território que assim fora dividida em 1962. Diferente da vizinha Itaparica, Vera Cruz não obteve as atenções de que necessitava o turismo e o seu desenvolvimento responsável, por isso hoje sofre com efeitos de saturação dos espaços seguido de um esquecimento das suas potencialidades, pelo menos pelos operadores e distribuidores do turismo que se localizam em Salvador, capital do estado da Bahia, e o maior centro recetor de turistas do Nordeste.

Vale destacar a quantidade de equipamentos de hospedagens do tipo pousadas rústicas que atendem a requisitos locais de hospitalidade e ambiência o que confere um alto grau de atratividade, não fosse a falta de cuidado das estruturas e serviços públicos locais que não conseguem suprir nem mesmo as expectativas da demanda local.

Por isso as manifestações que partiram e se fortaleceram nas discussões por melhoras no que tange ao turismo e qualidade de vida na Ilha tem sustentação em uma organização maior, denominada Fé Social, que congrega 56 ONGs com as mais diversas motivações, uma delas o turismo e as demais respondendo as necessidades da comunidade e promovendo a inclusão da participação comunitária nos assuntos que se referem indiretamente ao turismo.

4. Uma possibilidade de desenvolvimento endógeno através da parceria entre os agentes locais

O cenário que a Ilha apresenta hoje pode ser considerado duas faces de uma mesma moeda. Em Itaparica, houve recentemente um reordenamento e revitalização urbana o que apresenta claramente uma predisposição da cidade para iniciar um novo ciclo de vida³, diferente do que acontece em Vera Cruz.

Pode-se então considerar o município de Vera Cruz um destino maduro e como tal já contém os efeitos da exploração, sem planejamento do turismo no local.

As diferenças entre as áreas municipais sempre estiveram presentes na história da Ilha. Vera Cruz apresenta hoje, em termos gerais, baixos índices de escolaridade, emprego e renda. Em relação às questões infraestruturais básicas, o município não é capaz de atender aos residentes, quanto mais os veranistas. Os problemas se agravam no período de verão, quando sua população chega a quadruplicar⁴ nas suas 12 mil casas de veraneio e nos seus 1.014 leitos⁵ (Gazeta da Bahia, 2000).

Nos últimos quinze anos, a prefeitura esteve sob o comando de um único prefeito, sendo reeleito sucessivas vezes. Nesse período, os programas sociais tiveram prioridade, enquanto o turismo, a maior e mais forte vocação do município, não teve sequer lugar na pauta das discussões municipais, o que provocou a derrota do então prefeito na última eleição, em 2000, para um candidato que atraiu as atenções do eleitorado utilizando a temática da revitalização da área de Vera Cruz.

Eleito, o novo prefeito de Vera Cruz adotou a proposta de revitalizar o turismo e, para isso, instituiu a Secretaria de Turismo (Setur), que trabalha em conjunto com a Secretaria da Cultura, Esportes e Meio Ambiente:

“Não se trata, no momento desta reestruturação, de adotar medidas de promoção do destino. Primeiro os esforços estão centrados na promoção interna, na tentativa de revitalização da auto-estima da

³ Itaparica, segundo a pesquisa baseada no modelo de evolução dos destinos turísticos, encontra-se em fase de reestruturação, quando do declínio do turismo já chegou ao fim e através de iniciativas externas a cidade tem sido preparada para uma nova fase do turismo, sob uma nova imagem e novos significados.

⁴ Vera Cruz teve, segundo o Censo do IBGE – previsão para o verão de 2002/2003, uma população residente de cerca de 32 mil habitantes e a expectativa deste órgão para a população flutuante é de cerca de 120 mil pessoas (IBGE, julho de 2002).

⁵ Dos 1.014 leitos, 420 são do *Club Méditerranée*, os demais se encontram nas pousadas e pequenos estabelecimentos de hospedagem e *camping*. Não há, contudo, outros estabelecimentos de hospedagens do tipo 3, 4 e 5 estrelas.

população que tem estado baixa com a retração da atividade turística. Promover o lazer através da cultura e da elucidação e apoio às manifestações locais quando a população pode se descobrir, se reconhecer é a intenção da prefeitura atualmente, antes de atrair as atenções para megainvestidores que apenas tomarão nosso território e poderão nos deixar de fora se não estivermos preparados” (Telles Júnior, entrevista direta, 2003).

Baseada nas premissas do desenvolvimento sustentável, a comunidade busca no movimento social a alternativa para encontrar soluções e para os desacertos sociais que a situação atual da Ilha impôs ao município.

Hoje são registradas 56 ONGs, com os mais diversos interesses e objetivos, que buscam, na associação, uma forma de lutar por uma Ilha melhor⁶. São projetos de conscientização, de apoio mútuo, de incentivo ao artesanato e a outras produções culturais, além de discussões que buscam uma maior participação da sociedade local nas decisões que envolvem o seu território.

Apoiando as ações do conjunto das ONGs locais, existe a Fé Social, uma federação das organizações que promove a congregação entre as 56 ONGs como forma de discutir interesses e objetivos comuns e que contemplem toda a população da área de Vera Cruz. A premissa norteadora da Fé Social é a parceria.

O acompanhamento das ações do poder público faz parte da estratégia de ação para a construção de uma sociedade sustentável, em que empresas privadas, população e poder público discutem e sugerem as mudanças necessárias à construção de um espaço mais saudável na Ilha, atendendo aos requisitos das suas vocações.

A proposta partiu da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), seção Ilha de Itaparica, sob a responsabilidade da Sra. Margarida Lopes, atual presidente e idealizadora da Fé Social. A luta se iniciou por objetivos comuns aos associados da CDL, a maioria micro e pequeno empresário da Ilha, em sua maior parte de Vera Cruz.

Os moradores de Itaparica nunca foram ativos na luta que foi iniciada pela CDL e, mesmo hoje, quando a proposta é para toda a Ilha a participação deles é bastante reduzida.

Quando o movimento foi tomando corpo e crescendo, coincidentemente, chegou em Vera Cruz a professora da Faculdade de Turismo da Bahia (Factor), Enyr Kleyde Farias, orientada pela proposta de revitalizar o turismo na Ilha através da metodologia da interpretação do patrimônio – que tem em seu escopo a promoção do desenvolvimento sustentável do destino com base na participação popular. Assim, ela aproveitou o desejo de melhoras, já latente, para o desenvolvimento de seu trabalho.

O movimento, iniciado em 1999, continua a buscar aliados ainda hoje, quando a luta já tem algumas vitórias para contar.

A formação das 56 ONGs já é uma delas, a outra é a instalação de um fórum direto com os prefeitos – muito mais com o de Vera Cruz – e seus assessores e secretários para a discussão permanente e contínua dos problemas e possibilidades de transformação. Para esta mudança, é fundamental o apoio e incentivo às manifestações tradicionais da cultura local, resgatando a identidade local e elevando a auto-estima da população; um apoio integrado em vários níveis, poder público como promotor, iniciativa privada como patrocinadora, de pequenos eventos locais que permitem a promoção de lazer e geração de novos empregos, além da oportunidade de destaque das manifestações locais, sejam culturais ou esportivas. A profissionalização também tem sido alvo de ação da Fé Social.

⁶ Mesmo sendo as ONGs, em sua maioria de Vera Cruz, a proposta de todas elas inclui, numa visão de parceria, a melhora do município vizinho, fato que reside na idealização não apenas da reunificação municipal mas da luta pela promoção de melhorias, sobretudo no aspecto turístico, com entendimento claro das vantagens da regionalização e, sobretudo, das alianças para um melhor aproveitamento dos recursos da Ilha.

O movimento de reunificação municipal (unir de novo o município de Vera Cruz a Itaparica) foi iniciado com as discussões do fórum permanente promovido pelos participantes da Fé Social. A ideia de voltar a ser um único município é desejo antigo dos que residem na Ilha. Porém esta discussão, assim como as outras tantas que são inerentes aos dois municípios, não passam das fronteiras municipais de Vera Cruz.

Neste município, em função da participação ampla da população, ou pelo menos de seus representantes, o assunto da reunificação é amplamente discutido, inclusive já aconteceu o que parecia impossível. Em fevereiro de 2003, os dois prefeitos reunidos na sede da CDL e tendo como mediadores os representantes da Fé Social, discutiram questões da reunificação municipal, que foram desde os ganhos e perdas com esta questão até os problemas que afetam toda a população da Ilha. Alguns destes são: o abastecimento de água, o destino do lixo, sobretudo no verão, e aspectos de promoção turística. Estes aspectos vão desde as ofertas locais de atrativos naturais e históricos e sua proteção, de equipamentos e de eventos culturais, até a promoção da Ilha como um único destino, os problemas de transporte e acesso deficitário e as características da atual demanda.

A reunião dos dois prefeitos demonstrou o que de fato pode ser feito, em parceria, para garantir a sobrevivência do destino diante da crescente concorrência com os destinos turísticos consolidados e os novos que despontam no cenário estadual.

Embora a questão da reunificação seja amplamente discutida pela comunidade e seus líderes, assim como as questões ligadas a interesses de grupos particulares tais como dos hotéis e pousadas e das mães de Vera Cruz, preocupadas com a profissionalização dos seus filhos residentes na Ilha; em Itaparica, poucos têm notícias da proposta, o que pode ser verificado pela baixa participação de moradores, ONGs dessa área e representantes até de comércio deste município.

4.1. A reunificação municipal – prós e contras

A proposta de reunificação municipal da Ilha conta com muitas questões de caráter sobretudo político e econômico, com apoio primeiramente das organizações civis locais. Porém, acredita-se que boa parte da população, principalmente a residente em Itaparica, desconhece a questão nas suas bases ideológicas e, por vários motivos, não crê nesta possibilidade. O principal motivo está relacionado com as diferenças das características espaciais dos dois municípios. Os maiores problemas estão centrados na porção do território de Vera Cruz e por isso a administração deste espaço seria mais difícil, demorada e complexa, o que demandaria mais investimentos.

No entanto, as receitas do novo município, que se denominará caso aconteça a reunificação, de Itaparica, não serão ampliadas como a maioria dos que lutam pelo processo acreditam. A reunificação significará uma perda de R\$ 2 milhões por ano para o futuro município. Atualmente, Itaparica recebe R\$ 1,2 milhão do FPM – Fundo de Participação dos Municípios e Vera Cruz, R\$ 1,6 milhão. Caso obtenha sucesso a união não significará o recebimento de cerca de 2,8 milhões (Jornal A Tarde, 2002).

Mesmo com perdas de receita oriunda do FPM, os ganhos internos com questões que realmente merecem atenção de forma unificada tem possibilidade de sucesso. Os ganhos do turismo com a reunificação poderiam suprir as lacunas deixadas pela perda da receita do FPM, enquanto outras questões como educação, limpeza, e outras ações específicas a cada área aos poucos ganhariam a atenção necessária.

Os dois prefeitos não se opõem à questão, mas como o movimento não parte deles provavelmente seja mais demorado. Apenas um vereador dos dois municípios é a favor da reunificação e tem levado a ideia a Assembléia Legislativa do Estado, pois é a partir dela que se pode elaborar uma lei complementar que garanta a reunificação.

A ideia de elaborar um plebiscito nos dois municípios, o que já está em pauta nas discussões

da Fé Social, precisa ganhar força junto as duas Câmaras Municipais. Por isso os defensores do projeto querem atrair mais uma vez as atenções dos políticos para sua causa e por isso já está programado o acontecimento do 3º Seminário de Políticas Públicas e o 1º Encontro da Comunidade pela reunificação e Qualidade e Vida na Ilha de Itaparica que deverá acontecer em abril de 2003 (Jornal A Tarde, 2002).

Além das discussões sobre a validade e apoio a proposta de reunificação, o seminário também tem como objetivo a mobilização com moradores, veranistas, entidades representativas e os poderes municipais, estadual, e federal tendo como principal objetivo a elaboração de um Plano Diretor Urbano da Ilha de Itaparica e seu processo de reunificação (Jornal A Tarde, 2002).

No entanto, não se pode afirmar que a reunificação será a garantia do sucesso da Ilha como destino turístico do estado e um especial atrativo de sua capital e da Baía de Todos os Santos. Por isso acredita-se mais na força popular da cooperação comunitária e suas formas de buscar alternativas para sua sobrevivência através da luta por melhoras frente ao poder público do que precisamente na reunificação municipal, fato que pode ou não demorar de ser efetivado e até acontecer, se acontecer, de fato a sociedade estará ao menos preparada para apresentar suas reivindicações.

Não se trata de não acreditar na proposta, mas a história deixa clara a dificuldade em desfazer algo que foi feito por interesses políticos, se fosse o contrário, criar um novo município, numa nova área certamente seria mais rápido que desfazer dois e criar um. Porém, através da possibilidade de redução do gasto público, pode ser que seja possível o que também pode ser o contrário, as principais dificuldades partam deste mesmo ponto.

Deixa-se claro as possibilidades com a reunificação, que de fato seria uma alternativa promissora do sucesso da Ilha, sob vários aspectos, não apenas do turismo. Este seria a consequência das melhorias advindas da união municipal. Porém, sob os aspectos

da união esta pode e deve ser iniciada pelos atuais governantes buscando nas discussões a possibilidade de melhorias que são necessárias a todo território Ilhéu e não podem, e não devem, esperar pela reunificação municipal.

Esta seria a proposta imediata, que já tem uma semente germinada pelo movimento da Fé Social, e pode trazer benefícios imediatos para as duas gestões da Ilha e para a população como um todo.

5. Agenda 21 Local

A Agenda 21 proposta para a Ilha, embora seja individual para cada município, pode ser um instrumento integrador das realidades, mesmo porque sob este documento não será possível agir de forma isolada e caberá em toda a sua elaboração e execução de ações que envolvam o entorno municipal, o que de fato contemplará sempre o vizinho, Vera Cruz ou Itaparica.

Para a elaboração deste documento foram eleitos participantes dos diversos segmentos da sociedade, tanto em Itaparica como em Vera Cruz. No primeiro, a Agenda 21 tem como apoio o Instituto Itaparica e, no segundo, a Consultoria da empresa YRAÁ sob o comando da Dra. Sônia Reis.

Em Vera Cruz os primeiros passos já foram tomados, como a aplicação de questionários para os mais diversos públicos, que vão desde políticos, moradores, pescadores, professores, etc., como objetivo de sensibilizar para a questão do desenvolvimento sustentável e conhecer a visão que cada um tem do espaço do seu município (Jornal da Ilha, 2002).

5.1. Os novos atrativos de Vera Cruz

Embora a área de Vera Cruz tenha se identificado com a fase de declínio, resultado da análise baseada na teoria do ciclo de vida de Richard W. Butler (1980), uma fase onde a oferta de atrativos e os

recursos já não permitam ascender a atratividade do território, a proposta de revitalizar o turismo na Ilha tem como aliado a participação da professora Enyr Kleide, que, através da perspectiva de interpretação do património local, tem resgatado história, hábitos e costumes locais com a premissa de atingir o turismo sustentável.

Os atrativos foram identificados e “trabalhados” para serem comercializados, a apresentação deste já teve como público operadores de São Paulo, que ao total somaram-se 46.

Embora as novas vocações descobertas para o destino pareçam falta de rumo nas propostas de revitalização, a super segmentação pode levar a escolha certa e uso adequado dos recursos e facilidades turísticas. Um dos produtos de forte vocação que, por preconceito, não há quem o explore, é o turismo popular, o de baixa renda, que promove a frequência assídua a área da Ilha, mas não dispõe equipamentos adequados aos seus gostos e usos.

Numa pesquisa de mercado para avaliar o posicionamento mercadológico da Ilha de Itaparica, foi identificado que: a Ilha é considerada um único produto; a ilha apenas é mais vendida através das ações do Club Méd que o divulga internacionalmente – este aspecto seria importante tirar proveito; a imagem da Ilha está associada ao turismo de baixa renda que, inevitavelmente, associa-se a turismo de baixa qualidade. Embora a pesquisa não tivesse como objetivo avaliar a qualidade da oferta hoteleira e dos demais equipamentos turísticos, os agentes de viagens entrevistados declararam não vender a Ilha por questões de falta de qualidade, principalmente da hotelaria e de transportes. Outro aspecto levantado foi a falta de informações e contatos com o *trade* da Ilha com o de Salvador. Operacionalmente, as viagens têm início na capital e por isso o destino deve estar amplamente articulado para comercializar com agentes de Salvador. O aguardo de turistas itinerantes e do fluxo sedentário residencial, o veraneio, não permite a sobrevivência do destino em face da atividade turística.

Aspectos de planeamento local do turismo nem sempre tem respostas no destino. As respostas muitas vezes estão no centro formador de demanda, como é o caso da Ilha de Itaparica. Muitas respostas para os problemas locais estão, de fato, lá. Seu processo turístico aponta a natureza de vida de cada um dos municípios e a situação atual. Porém, aspectos operacionais tem raízes para além dos destinos e devem ser levadas em consideração para o planeamento da atividade e para sobrevivência do destino nos mercados competitivos.

Estas ações orientam a comunidade local não apenas para uma ampliação das possibilidades de sua atuação no próprio território e nos empreendimentos locais. A união das forças, em forma de associação, resgata desde novos locais para visitaçao e acende aspectos da cultura local nunca antes identificados e preparados para o turismo, mas também resgata a auto-estima da comunidade, além de ampliar a disposição para a luta pelo espaço que lhe pertence.

5.2. As possibilidades de ação do governo estadual na Ilha de Itaparica

Seria imprescindível citar a ação estatal através das secretarias de apoio ao turismo no estado na perspectiva da área da Ilha de Itaparica, inclusive agora sob nova proposta de regionalização do turismo. A nova estratégia determina áreas integradas de turismo onde Salvador e entorno formam um pólo – Pólo Salvador e Entorno – que devem se apresentar participativos (iniciativa privada e sociedades civil e organizada) nas propostas do governo e das iniciativas de investimento do PRODETUR II.

A participação deverá ocorrer sob a dinâmica de um conselho de turismo que terá a participação garantida de todas as sociedades organizadas com interesse em aspectos aderentes, direta ou indiretamente, do turismo. No conselho já formado

– em fevereiro de 2003 – participam⁷ ONGs com diversas atuações, universidades e centros de pesquisa, associações profissionais e, como mediador, a SCT/Ba com a função de orientar o Banco do Nordeste na aprovação de investimentos solicitados pela iniciativa privada, que terão como objetivos a atividade ligada ao turismo.

Levando em consideração a atual performance do governo do estado da Bahia no que se refere a intervenção no planejamento direto da atividade turística, é válido ressaltar que, do modelo antes intervencionista e paternalista, que vigorou até o início dos anos 90, hoje encontra-se na esfera das discussões que permeiam a ideologia neoliberal.

Enquanto, durante todo o processo de desenvolvimento dos *clusters* turísticos e como foi apresentado na própria Ilha⁸, o estado esteve, e ainda está presente, mesmo que parcialmente, na condição de incentivador e com intervenções de ordem, sobretudo, econômica, implementando ações que deixavam a cargo, quase que exclusivamente do estado, o desenvolvimento turístico e a participação da esfera privada na maioria dos momentos foi de espectadora, permitindo a definição do modelo onde o estado se torna o principal empreendedor da atividade turística, ficando a seu cargo a construção de equipamentos, como foi o caso do Grande Hotel de Itaparica, a administração da Estância Hidromineral de Itaparica⁹, a responsabilidade pela atração tanto de investimento como de visitantes e de ampliação da permanência desta demanda, além da viabilização das possibilidades seguras e diversas de acesso aos diversos *clusters* do Estado.

Portanto, hoje sua ação não mais será de inventor, sendo aos poucos modificada para atuação de parceiro, para depois, se espera, de regulador da atividade turística. Ao que parece há uma espera de uma manifestação de soluções por parte dos poderes municipais não apenas políticos, mas também privados. Imagina-se que este seja o caminho, quando a sociedade estiver plenamente dotada de consciência e, sobretudo, com suas necessidades básicas atendidas de maneira eficiente.

Por isso é de considerar a diversidade de destinos que dotados de recursos frágeis e culturalmente ricos esperam por apoio governamental, apenas porque suas administrações locais não tem a consciência suficiente para geri-las, no entanto não as recebem, o que acaba por promover inúmeros efeitos negativos, que podem vir a ser irreversíveis com o passar dos anos.

Neste caso encontra-se a Ilha que dotada de inúmeros atributos culturais e naturais que poderiam transformá-la em área turística de maior interesse do público que visita o estado em função principalmente da sua localização e proximidade com o grande centro receptor do Nordeste, a capital do Estado, Salvador, encontra-se a espera de uma atenção dos órgãos responsáveis pelo turismo baiano. Esta não seria sua única opção, porém as interferências governamentais no âmbito do planejamento econômico do turismo dependem ainda das iniciativas desta esfera, embora se tenha comentado da nova posição que busca do estado da Bahia no que se refere a sua atuação na atividade turística.

6. Considerações finais

A situação ideal para a Ilha tem forças na participação popular nos diversos movimentos de melhora da Ilha de Itaparica, mesmo que a reunificação não seja fato, a consciência das

⁷ Na eleição para participação do Conselho do Pólo Salvador e Entorno não houve candidatas da Ilha de Itaparica, porém a Faculdade de Turismo da Bahia – FACTUR – que tem estado presente nas atividades da Agenda 21 e da reunificação municipal, além de outras ações já evidenciadas, participou e conseguiu cargo de suplência no Conselho.

⁸ O governo estadual esteve presente no investimento do Plano urbanístico da cidade em 1937, quando decretou Itaparica Estância Hidromineral, em aproximadamente em 1953 construindo o Grande Hotel de Itaparica e 2001 na construção da Marina e novamente na reformulação urbana e projeto Baía Azul.

⁹ Ver dissertação de mestrado “Dinâmica do Turismo na Baía de Todos os Santos: o caso de Itaparica” (Soares, C.M.P.).

ações internas e, sobretudo, desta forma ativa de participação, terá sucesso, mesmo que em longo prazo, mas com bases mais sólidas de atenção ao patrimônio territorial em todas as suas manifestações.

Por isso, acredita-se que a preparação da comunidade, da consciência popular e de seus deveres e direitos, além da linha direta de discussão com os setores públicos e privados, formam a base para a busca do desenvolvimento com menos efeitos negativos, o que compreenderá, caso o governo do Estado inicie a sua atuação na Ilha, a não aceitação por modelos prontos, pré-estabelecidos, que são direcionados a todas as comunidades, sem levar em consideração suas particularidades, seus sonhos, desejos e principalmente a sua identidade.

Defende-se então a questão do planejamento participativo aliado a ações de natureza estruturais, que possibilitam a geração, a longo prazo, de responsabilidades e condições favoráveis de gestão responsável do sistema turístico, baseado nas premissas da educação não apenas a conscientização, mas a inserção do turismo enquanto núcleo temático nos currículos de educação formal e informal, como forma de preparação da sociedade para a recepção de visitantes e dos efeitos do Turismo, o que, compulsoriamente, acarretará a ampliação da participação das populações nas questões referentes ao território e não apenas ligadas ao turismo, face à sua multiplicidade de ações em diversos setores.

A elaboração de novos roteiros, a descoberta de novas histórias e espaços para visitação, além do incentivo ao empreendedorismo e a consciência da necessidade de ações de natureza educativas para a população, aliadas a natureza da gestão pública local e a participação positiva das ONGs

loais, promovem não apenas a reestruturação dos espaços para atividade turística, na simplicidade da perspectiva da oferta e demanda, mas acima de tudo da preparação da consciência popular, a maior arma para a gestão de produtos turísticos sustentáveis.

Bibliografia

- Akeshust, G., 2001, Estratégia de desenvolvimento turístico orientado para a comunidade Kalisz, Polônia, in Tyler, D., Guerrier, Y., e Robertson, M., (org), *Gestão de Turismo Municipal: Teoria e Prática de planejamento turístico nos centros urbanos*, Futura, São Paulo, pp. 41-67.
- Baptista, M., 2003, *Turismo: Gestão Estratégica*, Verbo, Lisboa.
- Butler, R., 1980, The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution. Implications for Management of Resources, *Canadian Geographer*, Vol. 14, pp. 5-12.
- Firmino, M. B., 2007, *Turismo – Organização e Gestão*, Escolar editora, Lisboa.
- Gazeta da Bahia, 2000, Vera cruz quer turismo sem casas de veraneio, *Gazeta da Bahia*, Salvador, 29 de março de 2000, p. 3.
- Jornal A Tarde, 2002, Moradores de Itaparica querem reunificação, *Jornal A Tarde*, 15 de dezembro de 2002, complemento do caderno 1, p.2.
- Jornal da Ilha, 2002, Agenda 21 - A ilha de Itaparica vai ter futuro se você estiver presente, *Jornal da Ilha*, 24 de outubro de 2002.
- Nel, E., Binns, T., 2002, Place Marketing, Tourism Promotion, and Community based Local Economic Development in Post – Apartheid South-Africa: The case of still bay – The “Bay of the Sleeping Beauty”, *Urban Affairs Review*, Vol. 38(2), pp. 184-208.
- Osório, U., 1946, *A Ilha de Itaparica – História e Tradição*, Gráfica Naval.
- Sanfeliu, C. B., Torné, J. M. L., 2004, Ciudades intermedias: entre territorios concretos y espacios globales, *Ciudad y territorio. Estudios Territoriales (CYTET)*, Vol. XXXVI, n.º 141-142, pp. 569-581
- Savati, S. (org.), 2004, *Turismo responsável – Manual de Políticas Públicas*, WWF Brasil, Brasília.
- Sheehan, L., Ritchie, J. R. B., 2005, Destination Stakeholders – Exploring Identity and Salience, *Annals of Tourism Research*, Vol.32(3), pp. 711-734.
- Vieira, J. M., 2007, *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo: uma Perspectiva Estratégica*, Verbo, Lisboa.